

“QUEM É QUE GUIA A CARRINHA?”

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PATROCINATO E ESTRUTURA DE PODER NUM CONCELHO DA RAIA MINHOTA GALEGA

*Paulo Jablonski Garcia**

1. A carrinha e as faixas¹

Durante as eleições autárquicas de Maio de 2003, uma carrinha branca com uns 6-8 homens percorre o concelho de Mondariz, na comarca raiana de O Condado no sudoeste da Galiza. Na mala levam uma escada de grande tamanho e várias dúzias de faixas e mais cartazes com propaganda do Partido Popular. Este partido de direita é quem governa no município. Os homens trabalham sem trégua, colocando estes elementos de propaganda por todo o território camarário. O mecanismo é muito simples: escolhem um lugar visível, normalmente entre dois postes da luz ou do telefone se é numa estrada e, entre duas casas, se se tratar de um lugar urbanizado, e a seguir, dois homens seguram a escada enquanto um terceiro sobe e coloca a faixa. Primeiro de um lado e depois do outro lado da estrada ou rua. O resto dos homens opina sobre a rectitude da faixa ou cartaz.

Formam um grupo compacto. Quando percorrem os caminhos das freguesias do concelho, com frequência tocam a buzina. Falam quase aos berros. Quando chegam a uma taberna entram, pedem qualquer coisa, uma tige-

* Departament d'Antropologia Social i Cultural (Membro do GRAFU). Universitat Autònoma de Barcelona (GRAFO)

¹ O artigo é adaptado de parte de um estudo que constitui a tese de mestrado do autor, orientado pelo Dr. José Luis Molina. A pesquisa em que se baseia este artigo tem sido financiada com a bolsa FPU AP2002-3779 do Ministerio de Educación y Ciencia do Governo do Estado Espanhol. Agradeço os comentários dos dois referees que revistaram o texto, da Dra. Teresa San Román e do convite e comentários da Dra. Paula Godinho. As possíveis imperfeições do artigo são reponsabilidade exclusiva do autor: paulo.jablonski@uab.es.

la de vinho ou um fino de cerveja, falam um bocadinho com os ali presentes e vão embora colocar mais faixas. O clima é de euforia.

Estava eu numa taberna na vila de Mondariz quando chega a carrinha já sem material eleitoral. Com o trabalho finalizado param na taberna. O Presidente da Câmara está com eles. Este homem, que também é candidato, acompanha-os na taberna e convida-os. Ele veio no seu carro particular. Rematada a tigela, os homens pegam na carrinha e vão embora.

A carrinha, que tem na porta o brasão do concelho, será guardada na garagem da Casa da Câmara. É propriedade municipal, tal como a escada. Parte dos homens que estavam na carrinha irão, no dia seguinte, a essa mesma Casa da Câmara trabalhar. Eram funcionários públicos. A sua condição de trabalhadores municipais e membros activos do partido do governo camarário não é fruto do azar.

A pesquisa em que trabalhava na altura e, aliás, continuo a trabalhar, tem as relações de patrocínio como eixo principal. O que pretendo neste artigo é dar conta de parte dos resultados da pesquisa a partir deste relato acontecido há já dois anos.

2. O problema

O emprego público é um elemento fundamental no intercâmbio das práticas clientelares. A contratação selectiva de funcionários supõe um potencial mecanismo de criação e reforço de lealdades entre o patrão e os clientes. As contratações podem constituir actos de natureza legal, ilegal ou ilegal (Requejo, 2000: 74).

A linha entre a legalidade e a ilegalidade pode ser cruzada facilmente nos processos de concessão de emprego público. Interessam-nos na medida em que reforçam as relações de patrocínio independentemente de se tratarem de procedimentos legais, ilegais ou ilegais. Assim sendo, coincidimos com Máiz (2003) quando afirma que a corrupção num contexto clientelar pode ser um mecanismo de reforço do patrocínio.

A contratação municipal é uma peça essencial nos mecanismos de permanência das elites locais pela sua capacidade de fixar lealdades. Num contexto com um acentuado processo de emigração e descida da população, o emprego converte-se num bem escasso. A concessão de emprego público sob critérios clientelares supõe uma prática frequente no município de estudo. Se bem que exista um alto grau de temporalidade nas concessões, as possibilidades de um trabalho relativamente bem pago são muito poucas no Concelho e a Câmara torna-se num pólo de criação de emprego fundamental. Mais, a temporalidade no emprego é uma variável que contribui para o reforço da relação clientelar uma vez que aumenta o grau de dependência do cliente em relação ao patrão.

Tal como veremos, a criação de emprego público está envolvida em certa polémica que afecta, em especial, os procedimentos de selecção do quadro de pessoal. Para centrar a pesquisa, fixar-nos-emos na criação de um corpo de trabalhadores temporários denominados GRUMIR (Grupo Municipal de Intervención Rápida) contratado cada período estival desde 1997 a 2003. Analisaremos a procedência dos componentes das diferentes promoções ao mesmo tempo que tentaremos provar como a criação do GRUMIR responde, além da necessidade de emprego, a uma adaptação dos mecanismos de reforço da clientela.

A primeira notícia que temos da criação deste grupo remonta-se ao ano 1997. Em 1992 aparecem três pessoas contratadas como pertencentes ao GIR (Grupo de Intervención Rápida) mas não será antes de 1997 que o grupo se estabiliza. Estas datas coincidem com uma certa queda nos resultados eleitorais do partido do governo. Nas eleições de 1995 a vitória é muito ajustada. É necessário o reforço dos vínculos com o eleitorado. Esta necessidade coincide com a oferta de receitas procedentes da Xunta de Galiza para a criação de emprego temporário de carácter público. A Câmara Municipal candidata-se e recebe estas ajudas. A petição tem como resultado a formação do GRUMIR.

Como temos afirmado, o relevante deste ponto é o procedimento de selecção. Desde os grupos da oposição local critica-se constantemente a falta de transparência nos contratos. No primeiro boletim do PSOE² de 1988 menciona o tema directamente. As denúncias são contínuas. O BNG³ critica que os grupos da oposição não formem parte das comissões de eleição do pessoal. É nestas comissões que, no fim, se aprovam os contratos. O mesmo grupo político apresenta uma moção em 1998 na que propõe os critérios básicos para a contratação de funcionários: 1) Elaborar um programa de necessidades. 2) Publicidade nas ofertas. 3) Bases permanentes. 4) Criação de comissões formadas por todos os grupos políticos com representação. O pleno aprova todos os pontos menos o quarto que não recebe o apoio da equipa de governo.

A contratação do GRUMIR estará, em cada convocatória, envolta de polémica pelo procedimento de selecção de pessoal. A própria formação do grupo de empregados é questão de polémica entre a oposição e o governo. As denúncias dos dois partidos da oposição sublinham as irregularidades do procedimento de selecção. Em 2001, o BNG afirma que não se cumpriram os critérios de antiguidade no INEM⁴ que impunha a selecção. Nesse mesmo

² PSOE, Partido Socialista Obreiro Espanhol, formação política de centro-esquerda.

³ BNG, Bloque Nacionalista Galego, formação política de esquerda nacionalista. Para uma visão histórica e politológica em perspectiva histórica dos partidos políticos da Galiza veja-se Rivera (2004).

⁴ Instituto Nacional de Emprego.

ano, os dois grupos políticos editam boletins denunciando a contratação temporária de operários por parte da Câmara e os critérios de selecção. As polémicas são muito semelhantes, ano após ano.

Se são certas as denúncias dos grupos da oposição, teríamos que observar qualquer tipo de constante alheia às qualificações profissionais das pessoas contratadas para os referidos serviços. Em princípio chegaria cruzar duas variáveis: o quadro de pessoal da Câmara Municipal (C.M.) com o grupo de simpatizantes do PP. Achamos que este exercício é necessário mas não suficiente para analisarmos as práticas clientelares. Depois da primeira comparação consideramos pertinente indagar a relação de pessoas contratadas e lugares de residência. Este segundo ponto terá duas partes. Uma primeira centrada no caso das contratações do quadro de pessoal e, uma segunda, que oferecerá interessantes conexões com a História iniludíveis para compreendermos o fenómeno clientelar no concelho estudado.

3. Emprego público e filiação partidária

Para determinar as possíveis conexões entre os contratos municipais e o círculo interno do partido de governo realizámos um simples exercício de comparação. Por uma lado temos a informação sobre a composição do quadro municipal (temporário ou indefinido)⁵ e, por outro, as equipas de delegados em diversas eleições⁶.

Quadro 1. Emprego público e círculo interno do PP

Quadro de Pessoal	Número	%
Delegados	12	24
Familiares ⁷	6	12
Resto	32	64
Total	50	100

Fonte: AMM⁸, Arquivo Julgados de Pontareas. Elaboração própria.

No Quadro 1 pode-se apreciar como as conexões entre o quadro de pessoal e os delegados são consideráveis. 36% dos funcionários forma parte

⁵ Comparamos o quadro de pessoal do ano 2000.

⁶ Contamos com a informação dos delegados do PP das eleições municipais de 1999 e 2003, Galegas de 1997 e Estatais de 1996.

⁷ Trata-se de familiares em primeiro grau.

⁸ Arquivo Municipal de Mondariz.

deste círculo interno ou beneficia da presença de algum familiar directo no mesmo. É possível que os dados sejam deficitários pela informação parcial sobre os delegados das diferentes eleições e, sobretudo, porque não contamos com informação em profundidade de todas as pessoas contratadas. Do mesmo jeito, aqui só temos em conta as relações de parentesco e não as de amizade. Assim, as percentagens reflectidas no Quadro poderão aumentar. Se nos detivermos no GRUMIR do ano 2000, a percentagem de pessoas próximas ao círculo interno ou pertencentes a ele é de 54%.

Embora a informação fosse desacertada por defeito, a relação é assaz significativa para afirmar que a política de emprego público na localidade em estudo segue os critérios de inclusão e exclusão marcados pelas práticas clientelares (Günes-Ayata, 1994).

Sendo esta análise significativa, queremos introduzir um elemento essencial para compreender o fenómeno do patrocínio: a vizinhança. Analisando a territorialidade veremos, também, a projecção temporal do clientelismo.

Trabalhamos com dados fiáveis dos grupos do GRUMIR do período 1997-2000 porém reduziremos a análise a estes anos.

Quadro 2. Residência dos elementos do GRUMIR (1997-2000).

Ano	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Desco- nhecida	Total
1997	2	5	1	2	1	0	1	12
1998	2	4	2	0	1	1	1	11
1999	2	2	1	2	1	1	0	9
2000	1	5	1	1	1	0	0	9
Total	7	17	5	5	4	2	2	41
%	17,1%	41,5%	12,2%	12,2%	9,6%	4,9%	4,9%	100%

Fonte: AMM. Elaboração própria

No Quadro 2 podemos apreciar como os contratos do GRUMIR têm uma directa relação com a variável de residência. As zonas correspondem a diferentes freguesias do município. Se entendemos que os critérios de selecção de pessoal contratado respondem a critérios que assegurem a universalidade da oferta, deveríamos encontrar uma representação variada de residentes das diversas paróquias mas, observando o Quadro 2, a realidade é diferente. Vemos como de doze freguesias que há no município, só seis contam com alguma pessoa contratada nestes grupos.

Destacam-se as Zonas 2 e 1 como as freguesias que mais pessoas aportam ao GRUMIR. Entre as duas somam mais da metade dos contratos. Esta

preeminência é constante ao longo do período assinalado. Estas duas freguesias constituem parte do grupo de freguesias que mostram um maior apoio eleitoral ao partido do governo. Mais do que isso, são duas freguesias que contam com vereadores no executivo camarário.

Vemos como existe uma clara relação entre a presença de ‘representantes territoriais’ no governo municipal e o destino de recursos. Neste caso observamos o trato de favor de umas paróquias sobre outras à hora de realizar contratações. Isto é possível na medida em que os mecanismos de controlo sobre o processo de contratação dependem exclusivamente da equipa de governo.

Esta constatação indica-nos que estamos perante uma relação clientelar. Trata-se de uma relação basicamente diádica entre dois ou mais agentes sociais⁹ de carácter informal. É objectivamente assimétrica. Existe um diferente controlo dos recursos (Caciagli, 1996: 18) ou uma diferença funcional entre patrono e cliente (Cazorla, 1996: 300) o que permite certo grau de capacidade de sanção por parte do patrono. Trocam-se dois tipos de recursos: instrumentais e expressivos (Lin, 1982)¹⁰. Os instrumentais vêm definidos pelo emprego e os expressivos pelo apoio eleitoral dos homens ao alcaide. A troca pressupõe individualizar e particularizar uma relação que se pensa pública (colectiva) com redes sociais sem fecho horizontal (Máiz, 1994; 2002). A relação definida pelo intercâmbio cria dependência entre o patrão e o cliente que se mantém graças à satisfação subjectiva das partes nele implicadas. A prática acostuma estar sob suspeita e rodeada de certo silêncio embora não seja sancionada legalmente (Auyero, 1999; Corzo, 2002a).

4. Territorialidade, modelo de relação e práticas clientelares

A territorialidade é uma variável fundamental para o estudo do clientelismo político a nível municipal. Uma das características fundamentais deste fenómeno é a quotidianidade dos intercâmbios ou da possibilidade de intercâmbio (Auyero, 2004). Conjuntamente com esta quotidianidade, o clientelismo é um fenómeno onde o elemento tempo tem uma grande importância. A explicação dos nossos “homens da carrinha” pode acabar com os dois

⁹ Quando escrevemos “basicamente diádica” referimo-nos a que a relação não se corresponde estritamente com uma ideia de díade bidirecional tal como afirmava Foster (1961). Boissevain (1966: 25) amplia o espectro somando uma terceira relação. Scott (1972) admite a díade como relação básica (1986) mas vai além na sua análise (1972: 96) apontando que a relação patrão-cliente pode tomar a forma de *cluster* que, unidos, constituem uma pirâmide. Powell (1970) fala de relações multidíadicas.

¹⁰ Para temas específicos de clientelismo (Roniger, 1990 citado por Auyero 1999; Máiz, 1994)

exercícios de comparação anteriormente realizados, mas estaríamos atalhando parte da história.

Pesquisar sobre a relação clientelar em termos territoriais obriga-nos a incluir na análise a temporalidade das relações com o poder local, isto é, a estrutura de relação entre os governados e os governantes, que se projecta na História recente do município. Analisando esta relação poderemos compreender melhor parte das estratégias eleitorais do partido no poder e a adaptação da democracia na transição da década de 70.

Propomos um pequeno percurso pela história das relações com o poder para, mais tarde, voltar ao começo com mais ferramentas para compreendermos melhor a colocação de faixas em período eleitoral.

4.1 Intermediários municipais

Na Sessão do pleno municipal de 3 de Fevereiro de 1924 o presidente da C.M. designa, por imperativo legal, os alcaides de bairro para as 12 freguesias do concelho. A figura do alcaide de bairro, como veremos, exemplo perfeito de intermediação, está presente e consolidada no período primo-riverista. A presença na II República fica marcada com um aviso do último presidente da C.M. desta etapa em Março de 1936:

Se hace saber que se suprimen ‘viejos resabios de vasallaje y servidumbre’ y que em lo sucesivo no permitiría intermediarios entre autoridades y funcionarios en la Alcaldía y oficinas municipales, ya que la persona que necesite asesoramiento o consultas de carácter administrativo, lejos de facilitar la consecución de lo que es un derecho cívico, será un serio inconveniente para el que lo utilice, todo ello para evitar que los intermediarios sigan manteniéndose en su pedestal con el único objeto de medrar y erigirse en ídolos falsos.

Este bando citado por José Guisado (1988: 194) mostra-nos as sólidas bases da estrutura de poder baseada na presença de intermediários territoriais na II República. No franquismo essa figura fortalece-se como intermediária com o poder local. Realizaremos um itinerário, nem sempre cronológico, pela figura destes alcaides de bairro.

Estes homens são designados pelo presidente da C.M. e a sua competência estende-se à freguesia em que reside. Martínez-Risco (2003: 49-50) distingue entre alcaide vigairo, pedáneo e de bairro. No nosso município não achamos referências do primeiro tipo de alcaides que eram eleitos pelos fregueses e se encarregavam da gestão dos assuntos colectivos da mesma. Aliás, o citado autor afirma que o alcaide de bairro só está presente em vilas e cidades. Requer o alcaide de bairro, afirma, *a existencia dunha agrupación*

urbana de extensión considerable e de poboación concentrada, susceptible de comprender zonas periféricas, separadas do casco urbano nas que el exerza as súas funcións. No nosso estudo, a informação obtida e a presença de alcaides de bairro, reconhecidos pelos vizinhos e autoridades municipais, contradiz com firmeza esta afirmação. O alcaide de bairro que encontrámos no concelho responde ao perfil do vigário com a excepção do procedimento de eleição. No nosso caso é sempre o presidente da Câmara quem elege o alcaide de bairro e nunca o conjunto de habitantes da freguesia.

A legislação actual¹¹ recolhe a figura do alcaide de bairro e oferece-nos dicas sobre o seu papel nos municípios. Contudo, a lei estabelece um marco geral que não define com exactidão as suas funções. Pelo contrário, desassombra a sua relação com a corporação e o seu significado na freguesia. Têm *carácter de autoridade (...) em canto representantes do alcaide que os nomeou*. A lei não especifica com exactidão as tarefas dos alcaides de bairro pelo que recorreremos à informação obtida no trabalho de campo.

As funções dos alcaides de bairro são variadas. Variadas quanto às tarefas que desempenham e variadas quanto às versões que destas tarefas recolhemos no trabalho de campo. Segundo os próprios alcaides de bairro, o seu labor consistia em “manter unida a paróquia”. A figura do alcaide de bairro concentrava a gestão de todos os temas colectivos que afectaram à freguesia: convocar à vizinhança para a limpeza da *levada* (regio comunal), limpeza de caminhos comuns, de poças de água... Numa entrevista com um alcaide de bairro efectivo nos anos 80, este comentava que não o deixavam tranquilo. Os vizinhos acudiam à sua casa procurando verem solucionados mil problemas. Desde a limpeza de um caminho até alguma contenda com um outro vizinho. Um alcaide de bairro converte-se segundo outro informante, num “faz-tudo”.

Um alcaide de bairro comentava que nos dias da conversação, no início de Junho de 2004, se estava dedicando a gerir a *levada*. Avisava os vizinhos para que aproveitassem a água com critério. Comentou que andava de olho em várias famílias porque utilizavam a água de regio para as piscinas e isso não pode ser, lamuriava-se.

A sua posição está vinculada à C.M. e à vizinhança. Nas actas municipais encontrámos múltiplas referências a petições de alcaides de bairros. No período franquista são frequentes os requerimentos de arranjo de caminhos, estradas e diversos elementos paroquiais. Ainda participam em diferentes comissões formadas nas freguesias para temas como o seguimento da construção de uma escola, o abatimento de árvores, etc.

Em paralelo com estes labores de atenção aos bens comunais da freguesia, os alcaides de bairro actuavam na mediação de conflitos. A sua tarefa

¹¹ Lei 5/1997, de 22 de Julho, de Administração local da Galiza.

neste sentido não se pode comparar com a do Juiz de Paz mas, seguindo as palavras de vários informantes, a sua presença era requerida em desavenças vicinais. Problemas com as extremas de uma propriedade, a passagem de um caminho ou outros conflitos entre vizinhos eram normalmente atendidos pelo alcaide de bairro. Uma vez defrontado o problema, falava com as duas partes e tentava solucionar o caso.

Reproduzimos¹² um fragmento literal de uma conversação entre uma filha (E) e uma esposa (D) de um antigo alcaide de bairros na que podemos perceber como a presença deste último era requerida em todo momento. “P” sou eu próprio.

“E.: Logo hai problemas de finca e tal e logo chamaban a M. que ía alí e arraxaba. Vivía para iso, non podía estar tranquilo.

D.: Se vas con mentiras xa che collen.

P.: Por que os veciños non ían falar directamente con Juan [o presidente da C.M.]?

D.: Iso é o que tiñan que facer. Eso é o que lle dixeran a Juan. Cando unha persoa non estea conforme mandala ao xulgado. Que veñan os do auntamento. Cando non fagan o que teñen que facer envíalos ao xulgado e que suban e baixen eles a Mondariz. Mas lle din que vaian ao alcalde de bairros.”

A figura do alcaide de bairro converte-se num representante faz-tudo da C.M. na freguesia. Além das funções de gestão de recursos comunais, existe outro tipo de funções que definem uma relação muito mais estreita com a administração. O alcaide de bairros era responsável de várias tarefas administrativas. Era quem assinava certos documentos fundamentais como certidões de convivência ou de residência. A natureza exacta dos documentos que assinava não fica clara nas entrevistas. São nomeados com a denominação genérica de “papéis do Concelho” havendo necessidade da sua rubrica para diversos trâmites municipais.

Esta função eleva um degrau a importância mediadora do alcaide de bairro. Assinar uma certidão de convivência ou residência implica possuir a potestade de eleger quem mora e quem não mora na freguesia.

“Se a xente tiña que xustificar que vivía na parroquia tiña que vir ao alcaide de bairro.”

A eleição não era, em princípio, do alcaide de bairro, mas do alcaide. Um alcaide de bairro afirmava-o sem duvidar.

¹² Nas citações literais mantemos o galego original dos informantes embora por vezes as construções gramaticais e lexicais possam formar anacolutos.

“Asinaba a quen quería o alcaide.”

Perguntado sob as funções de um alcaide de bairro, o mesmo respondia que ele fazia

“o que me ordeaba o auntamento. Avisar a xente e se logo non ía, era o alcalde o que lle ía detrás.”

É um subalterno do alcaide embora por vezes os alcaides de bairro actuassem por iniciativa própria.

“Juan [o Presidente da C.M.] non podía facer nada na parroquia se non tiña o papel do alcalde de bairro. El firmou para moitos señores emigrados na Arxentina. E non debía facer iso porque logo lle viña o pao por riba del. Eu sempre tiña un medo. Se total non che dan nada.”

O alcaide de bairro era um delegado municipal com certa mobilidade nas suas acções mas sempre sujeito ao presidente de C.M. É a ele que deve lealdade. Esta relação tem uma conexão directa com o procedimento de eleição do alcaide de bairro. O presidente da C.M. dirigia-se a quem considerava idóneo para desenvolver a tarefa e convencia-o. Nas palavras de um presidente:

“*era o alcaide quen os nomeaba. Como nos nombraba a nós o gobernador. Buscabas unha persoa de confianza e dábaslle... antes había respeto aos alcaldes de bairro. Están para... ía dicir unha burrada.*”¹³

Os critérios, depois da confiança,

Buscábase a alguén de prestixio que non tivera dificultades económicas para subsistir. Unha persoa que tivera tempo para resolverlle os problemas aos paisanos.

O essencial é que fosse de confiança, ou seja, o fundamental da relação era a troca de recursos expressivos, de lealdade e confiança, entre o presidente da C.M. e o alcaide de bairro. Este intercâmbio imaterial condicionava a posição e tarefa do alcaide de bairro. As suas funções não se reduziām à gestão dos assuntos comunais da paróquia ou à assinatura de certos documentos administrativos. Os alcaides de bairro constituíam um elo fundamental na cadeia de controlo das elites locais. A leitura entrelinhas das palavras do presidente quando afirma que os alcaides de bairro *están para... ía dicir unha burrada* traslada-nos a este cenário. Estamos diante uma figura multifuncional.

¹³ O itálico é nosso.

Um presidente de uma comunidade de montes em mão comum¹⁴ comentava em entrevista pessoal, e aqui expomos a outra versão do papel dos alcaides de bairros, que o alcaide de bairro não tem qualquer poder jurídico nem político e que só se dedica a delatar ao presidente da C.M. Encontrámos pela frente um alcaide de bairro que exerce funções de controlador. Um alcaide de bairro que avisa o presidente camarário acerca dos vizinhos que não participam dos trabalhos comunais, como apontava a citação anterior, mas que também dá informação diversa sobre os vizinhos ao presidente da Câmara. Desconhecemos com exactidão que tipo de informação era dada ao presidente e com que frequência. Nas entrevistas a estas pessoas não fica clara esta informação, se bem que seja evidente que se tratava de práticas que se escureciam. Um alcaide de bairro reconhecia que informava o presidente sob pessoas da freguesia mas que outros alcaides de bairro se detinham mais neste tipo de labores.

Esta tarefa de controlo ganhava maior importância quando o recurso ao alcaide de bairro constituía um passo necessário para a tramitação de uma residência, uma licença administrativa, etc. Não estamos perante um simples gestor do comunal, mas quem estabelece um crivo entre o privado e o político.

Contudo, não podemos falar de homogeneidade temporal do prestígio e da autoridade do alcaide de bairro. Os diversos informantes afirmam que na actualidade a figura do alcaide de bairro carece do respeito de outrora. Em entrevista pessoal, um antigo alcaide de bairro e também ex-vereador do PP ainda não referido no artigo, comenta que os alcaides de bairro são uns “xotacáns”, pessoas que não mandam nada embora façam tudo. De facto, o poder que têm ou tinham para convocarem à vizinhança ou assinarem documentos emanava e dependia directamente da confiança que o alcaide depositava neles. Sozinhos carecem de qualquer autoridade. Na mesma entrevista fala do respeito da população ao alcaide de bairro. Relata como numa briga, um dos contendores podia ameaçar chamar o alcaide de bairro, mas se este ia, a discussão podia continuar. A sua presença não fazia variar o desenlace do conflito. Comentava que não lhe tinham muito respeito.

A ameaça de chamar o alcaide de bairro e a sua falta de efectividade indica-nos que este carece de autoridade entre os vizinhos mas, a um tempo só, a anedota diz-nos que em tempos passados ameaçar com o recurso ao alcaide de bairro era um elemento dissuasório e expressão da autoridade que deste emanava. Na entrevista ao alcaide antes citada, afirmava que antigamente, antes da democracia, os alcaides de bairro até multavam, ainda que não fosse a sua função.

Esta progressiva perda de poder não implica a sua desapareção. Na actualidade nem todas as freguesias têm alcaide de bairro, mas nas que há,

¹⁴ Montes de Baldio.

exercem o seu papel. Além da função, que é a principal, de colocar avisos municipais nos lugares das freguesias, convocar os vizinhos para a limpeza de bens comunais, os alcaides de bairro têm uma estreita relação com o governo municipal. Nas eleições europeias de 13 de Junho de 2004, no mínimo, em quatro dos onze colégios eleitorais estava o alcaide de bairro como delegado do PP. Tendo em conta que dos onze colégios, dois são Entidades Locais Menores¹⁵, quer dizer, não têm alcaide de bairros, e um está na vila, que também não tem, verificamos que quatro dos sete possíveis alcaides de bairro eram delegados. Não conheço nenhum dos três restantes alcaides de bairro e se eles tivessem estado, efectivamente, nos colégios eleitorais, eu não poderia aperceber-me. Em definitivo, os alcaides de bairro, vendo diminuído o seu halo de respeito na freguesia, continuam mantendo a lealdade a quem os nomeia.

São os alcaides de bairro que avisam para as tarefas comunais, que têm um contacto com os habitantes da paróquia em nome da administração que, num momento dado, avisam ao alcaide ou vereador sob assuntos diversos da freguesia. Assim contam na armação reticular das relações vizinho-administração.

A sua posição está sempre do lado do alcaide e do partido que representa. No trabalho de campo recolhi três casos de três paróquias diferentes em que o alcaide de bairro reproduzia critérios de inclusão e exclusão no uso dos recursos municipais próprios de uma relação clientelar. Os casos são muito parecidos: uma associação ou um grupo de vizinhos ao reunirem-se para realizarem actividades na freguesia, não mostram um apoio público ao alcaide. Para se reunirem necessitam um local. Em cada paróquia há algum tipo de local público, um Teleclube ou uma antiga escola. Nos três casos mencionados a gestão da chave destes edifícios é responsabilidade do alcaide de bairro. Nos três casos relatam-nos como o alcaide de bairro, de uma ou doutra maneira, constitui um impedimento para as reuniões propostas por pessoas que se situam, em termos político-partidários, fora do círculo do governo.

A figura do alcaide de bairro sintetiza a intermediação individualizada como modelo de relação com a administração. A sua posição nodal constitui a ligação entre os vizinhos e a administração local. Cada alcaide de bairro tem exclusiva competência na sua freguesia, mas a sua existência ganha sentido com a existência de um nó em cada freguesia. Em várias ocasiões ouvimos mencionar a celebração de reuniões de todos os alcaides de bairro com

¹⁵ As ELM são organismos jurídico-administrativos de representação das freguesias. A maioria delas foi constituída durante a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). As ELM foram uma tentativa de superar os esquemas uniformistas precedentes (Olmeda et Parrado, 2000: 114). Na actualidade só há nove ELM operativas na Galiza. Duas delas no Concelho estudado.

o presidente camarário e alguns vereadores. Desconhecemos os conteúdos exactos dessas reuniões e a sua periodicidade, mas é um indicador da visão de conjunto que tem o governo local dos alcaides de bairro.

A relação presidente-alcaide de bairro não é uma relação simétrica. O segundo oferece uma gestão do comum dos vizinhos (a excepção dos montes que se organizam em comunidades autónomas) informação sobre os residentes da paróquia, ajuda nos períodos eleitorais e deve lealdade ao presidente. Mas o que oferece o presidente ao alcaide de bairro? Todos aqueles com que falámos afirmaram que quando o presidente os convidou a ocupar o cargo de alcaides de bairro, recusaram a oferta. A princípio, ninguém queria essa responsabilidade. Normalmente o presidente ou algum vereador tinham que insistir durante algum tempo para persuadir o futuro alcaide de bairro para que aceitasse. Não cobram um salário pelo trabalho. Uma mulher de um ex-alcaide de bairro comenta como o substituto do seu marido estava desengado com o seu novo posto.

“Ese pensaba que lle ían pagar e levou unha... El díxome en Mondariz que lle pesaba terse metido porque pensaba que se cobraba algo e el está dálle que dálle e non che dan nada, ningún beneficio. Traballar para todo o pueblo, non.”

Este alcaide de bairro assegurava que não lhe era pago um salário nem obteve benefícios indirectos do seu trabalho. A mulher afirmava categoricamente que ao final foram mais os prejuízos que os benefícios.

“Eu non quero máis da miña familia metido niso. Se dis ben dun, outro pensa mal. (...) A verdade que non lle mereceu a pena ser alcalde de bairro porque nin lle deu beneficio para nada.”

Contudo, embora a figura do alcaide de bairros tenha um peso cada vez menor na vida municipal e paroquial, existe uma componente importante de prestígio e, sobretudo, de posição de privilégio na rede do poder. O alcaide de bairro pertence ao círculo interno dessa rede, quer dizer, a sua posição confere-lhe a possibilidade de participar dos benefícios do acesso e divisão dos recursos públicos. Isto constitui um benefício impreciso mas que sela a relação de confiança e lealdade. Um alcaide de bairro que também se mostrara renitente a aceitar o cargo no princípio, comenta que, se era alcaide de bairro há 30 anos era porque “se un choio está ben, non se deixa”. Neste caso, os benefícios concretos pelo posto desconhecemo-los, ainda que revisitando o quadro de pessoal da C.M., observamos que uma filha sua consta como empregada.

4.2 Estrutura de poder e Guerra Civil

Na estrutura de poder definida pelas relações individualizadas entre a vizinhança através dos alcaides de bairro e vereadores não podemos esquecer o horizonte que resulta do cenário da Guerra Civil de 1936. Não nos referimos aos actores, já que não contamos com informação para comparar os alcaides de bairro anteriores e posteriores ao mês de Julho daquele ano, mas falamos do marco de compreensão e de relação com o político.

A consolidação da estrutura de poder alicerça-se no contexto definido pelas consequências derivadas dos acontecimentos de 1936. Principalmente, a execração da política e a desapareição de entidades colectivas de relação com a administração. Estes elementos estão directamente relacionados com a estrutura de poder. Em primeiro lugar, o anátema que cai sobre todo o político frustra a discussão em termos de questionamento das relações de poder. O debate da eleição de um alcaide de bairro ou a imposição de uma multa torna-se impensável. O anátema da política está acompanhado de um contexto de medo fruto da forte repressão e da eliminação ou silenciamento dos sectores republicanos. Isto supõe eliminar a discussão do âmbito público o que significa um reforço e consolidação da nova ordem estabelecida. As decisões são acatadas e nunca discutidas¹⁶.

A eliminação das estruturas colectivas conduz qualquer relação com a administração através dos intermediários antes definidos, evitando os foros institucionais de discussão e debate comum. É fundamental notar que as acções colectivas por meio das associações agrárias, sindicatos ou partidos políticos, existentes no município, particularizam-se. O caminho de expressão de uma necessidade quotidiana passa, inevitavelmente, pela peneira de um alcaide de bairro ou um vereador. Este procedimento será o que assente e sobre o que se reconstrua a acção colectiva na democracia. Insistimos que esta situação não é exclusiva do franquismo mas, ao contrário de outras épocas, então não existem alternativas formais de relação. Sobretudo, supõe a manutenção e consolidação do modelo durante 40 anos, marcando a referência de estrutura de poder para o sistema político seguinte, a monarquia parlamentar¹⁷.

A individualização dos problemas e das suas soluções está acompanhada da consolidação de uma elite política determinada. Esta consolidação é paralela a um processo de naturalização dos cargos governativos. Esta circunstância acentua-se no nosso caso na figura do presidente camarário por duas razões. Em primeiro lugar, a figura do presidente constitui o cargo polí-

¹⁶ Um tratamento geral mas complexo veja-se Villares (2004).

¹⁷ A presença de clientelismo político na II República em Galiza é um facto estudado. V.g. Grandio (1999) e Fernández et al. (1997).

tico-administrativo mais importante do concelho. Nele se concentra a decisão de inúmeros assuntos municipais, tanto de ordem legislativa como executiva. O presidente é quem elege os alcaides de bairros, preside aos plénários, erige-se como o patrono dos intermediários no concelho e é intermediário entre o município e instituições superiores (Wolf, 1956). A sua posição é de privilégio. É a ele que, em último lugar, se deve lealdade. Em segundo lugar, pela duração dos mandatos. Embora os cargos públicos sejam renovados e trocados (Ruíz de Azúa, 1978), o nosso concelho tem um importante registro de longevidade nos mandatos. Entre 1944 e finais de 2002, o município teve só dois presidentes. Isto significa que o presidente seja *o alcaide* e não *um* presidente entre muitos. As duas características somadas enfatizam o processo de naturalização dos cargos políticos.

A perpetuação dos cargos implica a sua naturalização e, porém, a interiorização da estrutura de poder e todas as suas componentes. Este facto reforça o papel dos intermediários. Os residentes acabam por normalizar e socializar esta relação como a única possível. Na medida em que é a única possível, é também a única que soluciona com efectividade os problemas quotidianos e, portanto, em certo sentido, também a desejável. Isto desemboca na aceitação da autoridade dos intermediários, os representantes da administração nas diferentes freguesias, por parte dos seus habitantes.

Numa conversaçaõ gravada, uma mulher utilizava uma metáfora que descreve à perfeição a ideia. Falamos da autoridade. “E” é a filha de trinta e tantos anos, “D” a mãe de 67, “A” a avó de 93 e “P”, eu próprio.

“D: Se hai unha autoridade hai que respetala e se non hai castigo.

E.: Non ten que haber unha autoridade. Temos que saber que vivimos nunha parroquia e que hai que saber cousas.

D.: Se hai unha autoridade que é umha persoa sabia. Unha galiña tapa moitos pitos. Mas un pito non tapa a toda a galiña.

P.: Mas quen elixe á galiña?

D.: Non fai falta porque ela ensina aos pitos a comer e ela fai todo.

A.: A pita abre as asas e fai cacacacacacá.

D.: Como imos nós facer iso se un di umha cousa e outro outra?

E.: Habará galiñas que non fagan as cousas ben.

D.: Fan, por moi mala que sexa!

A.: E queda un pito no chan e ela chama por eles. Cacacacá. Ela sabe o sitio onde está a galiñar.

D.: Refírome ao que dicías ti [a filha] de que non necesitabamos o apoio de nadie e que nós sos podiamos. Mas non somos. Se hai um que che apoie e que che axude vas. Senon, non vas. Non teñas medo. Se un vai para alí, outro vai pra la. Se hai un que avise da reunión. Se avisa el só non hai excusa de non ir.”

Tal como a galinha e os pintainhos: a galinha sabe o que fazer para proteger os franguinhos e a relação que mantém está definida de antemão. Não há possibilidade de subvertê-la. Quando é que se viu uns franguinhos cuidando uma galinha? Trata-se da ordem natural das coisas. É o sentido comum o que nos leva a situar cada animal no seu lugar. A resposta à pergunta de quem é quem elege à galinha é sintomática. Não é preciso elegê-la, porque já sabe o que fazer. Ou, o que é o mesmo, não é preciso eleger os nossos representantes porque a elite, o conglomerado de intermediários, já sabem o que há que fazer, “por moi mala que sexa”. A responsabilidade do crescimento dos franguinhos é exclusiva da galinha. Não existe autonomia até que eles sejam maiores e reproduzam o modelo. Encontramo-nos perante a mostra da aceitação da autoridade, a estrutura de poder que a sustenta e a forma cultural de interiorizá-la.

É fundamental ter presente que este modelo não tem alternativa no contexto de estudo. A estrutura de poder desenha as rotas de acesso aos recursos e assim os caminhos para a solução dos problemas quotidianos. Este facto não é irrelevante e redefine um modelo subjectivamente útil para o habitante de Mondariz. Não tanto pela sua eficácia comparada com outros sistemas, mas pela sua unicidade. Uma vez que a unicidade, por questões de mudanças administrativas no regime político geral, desapareça em termos formais, manter-se-á o modelo de relação. A *illusio*, para utilizarmos a terminologia de Bourdieu, o conhecimento e o reconhecimento das formas de relação, permanecerá perante as mudanças institucionais criando uma versão da democracia adaptada às circunstâncias próprias do lugar. Ao mesmo tempo, o contexto político local adapta-se ao novo marco jurídico-administrativo num vai-e-vem de sucessivas adaptações da elite local, da povoação e dos grupos de oposição.

A mudança de regime traz uma variável nova e de grande importância na arena política local, o comportamento colectivo. A estrutura de poder, que se consolida no franquismo, assume no processo de transição e, sobretudo, no de consolidação da elite política, uma importância capital. Os comportamentos colectivos transcendem as variações institucionais, embora não os obviem. Estabelece-se uma relação de osmose, em que o comportamento colectivo conforma os valores que definem a instituição (Guy Peters, 2003: 218) a um só tempo, quando ela incide no comportamento colectivo.

Essa alteração de regime implica uma mudança de posição entre os diferentes sectores políticos. Ante a hegemonia dominante durante o franquismo, salvando as diferenças e tensões internas, apresenta-se um campo aberto de competência política encenada nos processos eleitorais. A presença múltipla de partidos políticos, associações vicinais, de montes, culturais etc., é um indicador que nos fala de uma mudança transcendental: a possibilidade de construir relações horizontais à margem da estrutura de poder, constituída a base de vínculos verticais. Um destacado dirigente do PP local comentava que

“antes eramos máis unidos co fútbol. Cando veu a democracia escarallounos a todos. Comezáronse a descubrir as ideas dalgúns que as tiñan e non estaban.”

As elites terão que iniciar um processo de adaptação ao novo contexto com o fim de permanecer no poder. Assistiremos a um processo que reflita a necessidade de consolidar a base de apoio do partido no governo, de assentar e aumentar o círculo interno do governo municipal. As adaptações que neste artigo nos interessam salientar são as referentes à distribuição dos vereadores no território camarário que contribui para a reprodução da estrutura de poder consolidada durante a ditadura.

4.3 “Paroquialização” das candidaturas

Em Mondariz, ao igual que noutros municípios, é frequente referir-se os vereadores do partido no governo associando-os à freguesia em que residem. Assim, o vereador Fulano converte-se no vereador da freguesia X e não só no vereador do partido B. Esta denominação está em clara sintonia com os referentes da estrutura de poder. Um vereador é, a um só tempo, representante de um partido numa corporação municipal e representante de um grupo de vizinhos definidos territorialmente pela freguesia. O sistema eleitoral vigente estabelece que cada eleitor eleja uma lista fechada de pessoas pertencentes a um partido. Uma vez eleitas, é o pleno da corporação quem designa ao Presidente da Câmara que forma governo. O censo eleitoral divide-se em diversas circunscrições sob o critério do número de votantes. O voto que se deposita na urna não elege uma pessoa, mas antes um grupo de pessoas sujeitas, em princípio, a uma disciplina de partido. Aliás, no contexto não urbano galego, é frequente que as circunscrições coincidam com as freguesias do município e isto reforça a identificação política com este território.

As candidaturas que se apresentam nas sucessivas convocatórias respondem a este modelo territorial. Um dos critérios fundamentais à hora de confeccionar as listas eleitorais é o de cobrir um candidato por freguesia. O partido tem que contar com um referente em cada paróquia e, o que é mais importante em termos de estrutura de poder, a freguesia tem que contar com um referente na Câmara. A apresentação das candidaturas também responde a este esquema. Analisando as candidaturas eleitorais, desde 1987 até as últimas celebradas em Maio de 2003, todas as candidaturas possuíram elementos, pelo menos, de dez das doze freguesias do concelho.

A propaganda eleitoral reflecte a importância que os partidos dão à procedência dos seus candidatos. Nas últimas eleições, tanto o BNG como o PSOE editaram um manifesto eleitoral de âmbito municipal e outro por fre-

guesia. Esta diferenciação é frequente na propaganda eleitoral do município. Quanto ao partido de governo, não observámos diferenciação territorial na sua propaganda eleitoral. Porém, existe uma estreita relação entre candidato e território que analisaremos mais abaixo

Começemos por comparar a composição da corporação municipal desde 1971 até 2003.

Quadro 3 Distribuição territorial dos vereadores da corporação (1971-2003)

Ano	Corporação	Vila		Freguesia	
		Núm.	%	Núm.	%
1971	10	6	60%	4	40%
1974	10	6	60%	4	40%
1979	13	5	38,5%	8	61,5%
1983	14	4	28,6%	10	71,4%
1987	15	7	46,7%	8	53,3%
1991	14	6	42,9%	8	57,1%
1995	13	6	46,1%	7	55,9%
1999	14	7	50%	7	50%
2003	13	5	38,5%	8	61,5%

Fonte: Actas plenárias, AMM, Trabalho de campo. Elaboração própria.

Os dados do Quadro 3 são claros. A tendência marca uma diminuição dos vereadores residentes na vila, ao mesmo tempo que aumentam os que moram nas restantes freguesias. O câmbio na balança coincide com a celebração das primeiras eleições. Desde este momento, a presença de vereadores residentes fora do centro urbano é maioritária, se exceptuamos a legislatura de 1999-2003, em que o seu número é idêntico. O resto de legislaturas apresenta uma presença de vereadores residentes nas freguesias sempre superior a 50% chegando a cotas superiores a 70%.

Estas percentagens reúnem todos os elementos das corporações, mas se os comparamos com o Quadro 4, em que só constam os vereadores pertencentes à equipa de governo municipal, observamos como a presença das freguesias é muito maior. Neste caso, a percentagem mais pequena da democracia é sempre superior a 60%. Vemos como o contributo mais numeroso de pessoas das freguesias é do grupo de governo, o que não só se deve a que a sua presença em termos absolutos na corporação seja superior, mas a que em termos percentuais consegue mais vereadores procedentes das freguesias.

Quadro 4 Distribuição territorial do executivo (1971-2003)

Ano	Corporação	Vila		Freguesia	
		Núm.	%	Núm.	%
1971	10	6	60%	4	40%
1974	10	6	60%	4	40%
1979	13	5	38,5%	8	61,5%
1983	14	4	28,6%	10	71,4%
1987	9	3	33,3%	6	66,7%
1991	8	2	25%	6	75%
1995	8	3	37,5%	5	62,5%
1999	7	2	28,6%	5	71,4%
2001	8	2	25%	6	75%

Fontes: Actas plenárias, AMM, Trabalho de campo. Elaboração própria.

A sequência dos dados apresentada mostra-nos como a chegada da democracia, em termos de residência dos membros da equipa de governo, inverte a relação de vereadores da vila e do resto. *Consideramos que este processo não é casual, mas que responde a um mecanismo de adaptação ao novo contexto democrático, no que a permanência no poder exige uma gestão e distribuição diferente dos recursos.*

O corpete da estrutura de poder e o peso da História, aliás, não são suficientes para manter as rendas do governo camarário. A inclusão das elites paroquiais no seio do governo municipal constitui um facto que nos alerta para o excesso de confiança explicativa das estruturas. Os dados do Quadro 4 não oferecem dúvidas a respeito da importância dos enlaces nas freguesias.

5. Conclusões sumárias

A distribuição territorial dos candidatos e, neste caso, dos vereadores, segue o esquema da estrutura de poder mas, ao mesmo tempo, molda-a. Temos aqui um elemento fundamental na democracia local, a importância dos vereadores como nós de intercâmbio. Tal como analisámos, os alcaides de bairro constituíam um grupo de intermediários entre o poder camarário e a povoação. A chegada da democracia traz como consequência a diminuição do poder real desta figura. A adaptação é, então, procurar uma outra figura que actue como elo particulizante entre a povoação e a administração, mas legitimada com a moda da democracia, as eleições.

O facto duns funcionários colocarem umas faixas de propaganda eleitoral do partido do governo constitui um indicador da existência de uma prática clientelar mas, também, uma mostra da estrutura de relação com o poder

no contexto estudado. Certamente, estes homens pertencem ao círculo interno da clientela do patrono. Um círculo que é activo nas campanhas eleitorais e que está ao serviço permanente do presidente camarário e do partido do governo. São pessoas que devem lealdade, fruto de uma relação de intercâmbio de recursos instrumentais e expressivos que cumpre os pontos referidos no começo do artigo no que concerne às características das relações de patrocínio. Aliás, analisar a situação referida só em termos de relação clientelar, através do trabalho de campo reduz a riqueza do fenómeno, que tem na pesquisa histórica uma chave fundamental que permite conhecer os mecanismos de longa duração que, para o caso do clientelismo político, são centrais.

Bibliografia citada

- Auyero, Javier, (1999), From the client's point of view: How poor people perceive and evaluate political clientelism, *Theory and Society* 28:297-334
- Auyero, Javier, (2004), *Clientelismo político. Las caras ocultas*, Buenos Aires: Capital intelectual.
- Boissevain, Jeremy, (1966), Patronage in Sicily, *Man*, New series, Vol. 1, No. 1:18-33
- Caciagli, M., (1996), *Clientelismo, corrupción y criminalidad organizada*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- Corzo Fernández, Susana, (2002a), *El clientelismo político. El plan de empleo rural em Andalucía: un estudio de caso*. Granada: Biblioteca de Ciencias políticas y Sociología, Universidad de Granada.
- Cazorla Pérez, J., (1996), El clientelismo de partido en la España de hoy: una disfunción de la democracia. In *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, comp. A. Robles Egea, Madrid: Siglo XXI. 291-310.
- Fernández Prieto, Lourenzo *et al.* Coords. (1997a), *Poder local, elites e cambio social na Galicia non urbana (1874-1936)*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela.
- Foster, G.M. (1961), The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village, *American Anthropologist*, 63: 1173-1192.
- Grandío Seoane, Emilio, (1999), *Caciquismo e eleccións na Galiza da II República*, Vigo: A Nosa Terra.
- Guisado Nogueira, José (1988), *Mondariz. Historia, guía y hechos pasados*, Vigo: Concello de Mondariz.
- Güneş-Ayata, Ayşe, (1994), Clientelism: Premodern, Modern, Postmodern. In *Democracy, clientelism and Civil Society*, eds. Luis Roniger e Ayşe Güneş-Ayata, London: Lynne Rienner Publishers. 19-28.
- Guy Peters, B., (2003) [1999], *El nuevo institucionalismo. Teoría institucional em ciencia política*. Barcelona: Gedisa.
- Lin, Nan (1982), Social Resources and Instrumental Action. In *Social Structure and Network Analysis*, Peter Marsden V. et Nan Lin, Beverly Hills/London/NewDelhi: Sage Publications. 131-145.

- Máiz, Ramón, (1994), Estructura y acción: elementos para un modelo de análisis micropolítico del clientelismo, *RIS* 8-9:189-215.
- Máiz, Ramón, (1996), Estrategia e institución: El análisis de las dimensiones *macro* del clientelismo político. In *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, comp. A. Robles Egea, Madrid: Siglo XXI. 43-70.
- Máiz, Ramón, (2003), Jama, Caleta y Camello: La corrupción como mecanismo de autorrefuerzo del clientelismo político, *Revista Mexicana de Sociología*, Ano 65, 1:3-39.
- Martínez-Risco y Macías, Sebastián (2003), Alcalde-esa. In *Gran Enciclopedia Galega Silverio Cañada*, dir. Benjamín Casal Vila, Tomo II. Lugo: El Progreso-Diario de Pontevedra. 49-50.
- Olmeda Gómez, José Antonio et Parrado Díez, Salvador, (2000), *Ciencia de la Administración. Vol. II. Los sistemas administrativos*. Madrid: UNED.
- Powell, J.D., (1970), Peasant Society and CLientelisc Politics, *American Political Science Review*, 2:411-425.
- Requejo, C.C., (2000), *El poder del favor. Ideas para una investigación sobre clientelismo político a nivel local*. Universidade de Santiago de Compostela. Tese de Máster. Documento policopiado.
- Rivera Otero, Xosé Manuel, Coord. (2004), *Os partidos políticos en Galicia*. Vigo: Xerais.
- Roniger, Luis (1990), *Hierarchy and Trust in Modern Mexico and Brazil*, New York: Praeger.
- Ruiz de Azúa, Miguel A., (1978), Las elecciones franquista (1942-1976), *Historia 16 Extra II Las elecciones en España*: 85-94
- Scott, J.C. (1972), Patron-client politics and political change in southeast Asia, *American Political Science Review*, 66:91-113.
- Scott, James (1986) [1977], ¿Patronazgo o explotación?. In *Patrones y clientes*, Ed., Ernest Gellner, Madrid: Júcar. 35-61
- Villares, Ramón, (2004), *Historia de Galicia*. Vigo: Galaxia.
- Wolf, E. R., (1956), Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico, *American Anthropologist*, Vol. 58, No. 6:1065-1078.

Resumo

Uma situação na campanha das eleições autárquicas de 2003 na Galiza serve como razão para analisar a profundidade histórica das raízes das relações clientelares. Em primeiro termo explicam-se as conexões entre o círculo interno do partido no poder e os funcionários públicos, analisando a política de emprego público. Em segundo lugar, realiza-se uma pesquisa histórica, procurando as relações entre territorialidade, clientelismo e História, analisando o modelo de relação da povoação com o governo local.

Palavras chave: prática clientelar, modelo de relação, elite local, intermediário, intercâmbio, trabalho de campo.

Abstract

An episode on the 2003 local elections in Galiza introduces an analysis of the historic roots of the patronage relations. In the first place, it's explained the connections between the inner circle of the party in the government and the public employee (civil servant) studying the public employment policy. In the second place, it's presented an historic research on the relation between territory, clientelism and History analysing the relation structure of the population and the local government.

Key words: clientelistic practice, relation model, local elite, broker, exchange, fieldwork

Resumée

Une situation lors de la campagne des élections municipales de 2003 en Galice sert comme prétexte pour analyser la profondeur historique des racines des rapports clientélares. D'emblée, on explique les liens entre le cercle interne du parti au pouvoir et les fonctionnaires publiques, en analysant la politique d'emploi publique. Deuxièmement, on réalise une recherche historique en essayant de trouver les liens entre la territorialité, le clientélisme et l'Histoire, en analysant le modèle des rapports entre la population et le pouvoir local.

Mots clef: pratique clientélaire, modèle de rapports, élite locale, intermédiaire, échange, travail de terrain.